

Cronologia

1763

- 10 de fevereiro O Tratado de Paris pôe fim à Guerra Franco-Indígena
- 7 de outubro A Proclamação de 1763 bane toda a migração colonial em direção ao Oeste
- Maio-novembro O chefe Pontiac comanda uma rebelião indígena no vale do rio Ohio

1764

- 5 e 9 de abril O Parlamento aprova as Leis do Açúcar e da Moeda

1765

- 22 de março O Parlamento aprova a Lei do Selo
- 15 de maio O Parlamento aprova a Lei do Aquartelamento de 1765
- 7 de outubro Reunião do Congresso da Lei do Selo

1766

- 18 de março O Parlamento abole a Lei do Selo e aprova a Lei Declaratória

1767

- 29 de junho O Parlamento aprova as Leis de Townshend
- 5 de novembro Primeira publicação de “Cartas de um seareiro da Pensilvânia”, de John Dickinson

1768

- 11 de fevereiro Samuel Adams escreve a “circular” de Massachusetts
8 de junho Tropas britânicas são enviadas a Boston

1770

- 5 de março Massacre de Boston
22 de abril As Leis de Townshend são revogadas, com exceção do imposto sobre o chá

1772

- 9 de junho O navio britânico *Gaspée* é incendiado na costa de Rhode Island
2 de novembro Moradores de Boston publicam *The Votes and Proceedings* (“Os votos e procedimentos”), que enumeram as violações britânicas contra os direitos americanos

1773

- 6 de janeiro Hutchinson, governador de Massachusetts, defende a supremacia do Parlamento diante do Tribunal Geral
10 de maio O Parlamento aprova a Lei do Chá
16 de dezembro Boston Tea Party (Festa do Chá de Boston)

1774

- 31 de março-
22 de junho O Parlamento aprova as Leis Coercitivas e a Lei do Quebec
5 de setembro-
26 de outubro O Primeiro Congresso Continental se reúne na Filadélfia

1775

- 18 de abril Cavalgada de Paul Revere
19 de abril Batalhas de Lexington e Concord
10 de maio Forças americanas capturam o forte Ticonderoga, no lago Champlain
10 de maio Segundo Congresso Continental
15 de junho George Washington é nomeado comandante do Exército Continental
17 de junho Batalha de Bunker Hill
23 de agosto O rei Jorge III declara as colônias em rebelião aberta
31 de dezembro Colonos derrotados no Quebec

1776

- 10 de janeiro Thomas Paine publica *Senso comum*
17 de março Tropas britânicas evacuam Boston
4 de julho O Congresso Continental aprova a Declaração de Independência
27 de agosto Batalha de Long Island, Nova York; britânicos tomam a cidade de Nova York
25-26 de dezembro Washington cruza o rio Delaware; batalha de Trenton

1777

- 3 de janeiro Batalha de Princeton
11 de setembro Batalha de Brandywine
4 de outubro Washington é derrotado em Germantown; o Exército se retira e passa o inverno em Valley Forge
17 de outubro O general britânico Burgoyne se rende em Saratoga

15 de novembro	Os Artigos de Confederação são aprovados no Congresso e enviados aos estados para ratificação
1778	
6 de fevereiro	Formação da aliança entre França e Estados Unidos
1780	
12 de maio	Britânicos capturam Charleston, na Carolina do Sul
25 de setembro	Benedict Arnold se refugia entre os britânicos depois de espionar para eles durante um ano
7 de outubro	Tropas do general britânico Cornwallis são obrigadas a bater em retirada da Carolina do Norte
1781	
17 de janeiro	Batalha de Cowpens, na Carolina do Sul
1º de março	Ratificação dos Artigos de Confederação
15 de março	Batalha de Guilford Courthouse, na Carolina do Norte
19 de outubro	Cornwallis se rende a Washington em Yorktown, na Virgínia
1783	
3 de setembro	Assinatura do Tratado de Paz entre americanos e britânicos
1786	
Agosto	Rebelião de Shays no oeste de Massachusetts
11 de setembro	Convenção de Annapolis

1787	
25 de maio	Abertura da Convenção Constitucional na Filadélfia
13 de julho	O Congresso promulga a Ordenança do Noroeste
17 de setembro	A Convenção Constitucional aprova a nova redação da Constituição e a envia ao Congresso
27 de outubro	Aparecimento do primeiro dos <i>Escritos federalistas</i> , de Hamilton, Madison e Jay
1788	
Janeiro-agosto	Ratificação da Constituição dos Estados Unidos por todos os estados exceto Rhode Island e Carolina do Norte
1789	
4 de março	Reunião do Primeiro Congresso dos Estados Unidos sob a Constituição, em Nova York
30 de abril	George Washington é empossado como o primeiro presidente dos Estados Unidos
1791	
15 de dezembro	Adoção das primeiras dez emendas à Constituição (Declaração de Direitos)

III. Revolução

Por volta de 1774, no curto período de uma década após o início das reformas imperiais, os americanos que haviam celebrado a coroação de Jorge III estavam praticamente em rebelião contra a Grã-Bretanha. Durante os dois anos que se seguiram às Leis Coercitivas de 1774, os eventos se sucederam rapidamente, tornando a reconciliação entre a metrópole e as colônias cada vez mais improvável. A essa altura, a crise já deixara de ser um mero transtorno no relacionamento imperial. Os extraordinários esforços dos colonos para entender o que acontecia transformaram a resistência e a rebelião que se seguiu em uma revolução que mudaria a história do mundo. A Declaração de Independência americana, em 1776, transformou a separação da Grã-Bretanha em um evento que muitos americanos e alguns europeus consideraram inédito na história humana. Os americanos lutavam não só para se libertar, mas também para trazer liberdade para todo o mundo.



A abordagem da independência

As Leis Coercitivas de 1774 provocaram uma rebelião aberta na América. Como se não bastasse os abusos do governo inglês, que fizeram germinar e brotar os princípios americanos, as repetidas demonstrações da arrogância inglesa acabaram por esgotar a paciência dos colonos. Já não restava mais nenhum traço de reconhecimento à autoridade nas colônias.

Muitas comunidades locais, que gozavam de uma liberdade não vista desde o século XVII, tentaram organizar novos governos populares de baixo para cima. As aglomerações, que por vezes atraíam milhares de colonos revoltosos, deram apoio a várias resoluções e exigiram novas organizações políticas. Comitês de nomes e tamanhos variados — de segurança, de inspeção, de mercadores, de mecânicos — competiam entre si pelo controle político. Nas colônias, a substituição dos governos reais ocorreu das mais variadas maneiras, dependendo da extensão e do caráter personalista que a autoridade real havia alcançado naqueles lugares. Em Massachusetts, onde a autoridade da coroa alcançava vilas e cidades por meio dos juízes de paz indicados pela realeza, o nível de substituição foi maior do que na Virgínia, onde a influência real mal conseguia atingir os condados controlados por poderosos donos de terra. Mesmo assim, em todos os lugares ocorreram transferências de autoridade que foram fundamentais para oferecer aos homens novas oportunidades de afirmação.

No fim de 1774, havia, em muitas colônias, associações locais responsáveis pelo controle e pela regulamentação de vários aspectos da vida americana. Os comitês manipulavam eleitores, controlavam nomeações, organizavam a milícia, gerenciavam o comércio, intervinhama nas relações entre credores e devedores, cobravam impostos, emitiam licenças e supervisionavam ou fechavam tribunais. Os governadores reais eram deixados de lado, impotentes e assombrados diante dos novos governos informais que pipocavam por toda parte. Esses novos governos abrangiam desde comitês municipais e dos condados até os recém-criados congressos provinciais e, na mais alta instância, um congresso geral das colônias — o Primeiro Congresso Continental, ocorrido em setembro de 1774, na Filadélfia.

Ao todo, 55 delegados de 12 colônias (todas, com a exceção da Geórgia) participaram do evento. Muitos colonos e até mesmo alguns representantes reais tinham a esperança de que o Congresso fosse capaz de reestabelecer a autoridade imperial. No entanto, na primeira rodada, a vitória foi do grupo dos que ansiavam pela ruptura com a Grã-Bretanha. Sob a liderança dos primos Samuel e John Adams, de Massachusetts, e de Patrick Henry e Richard Henry Lee, da Virgínia, o Congresso chancelou as ferozes “Resoluções do condado de Suffolk”, de Massachusetts, que recomendavam resistência imediata às Leis Coercitivas. Mas o Congresso ainda não estava pronto para a independência. Por muito pouco — o voto de apenas uma colônia — não se levou em consideração ou mesmo se adotou o plano de união entre a Grã-Bretanha e as colônias proposto por Joseph Galloway, líder da Assembleia Legislativa da Pensilvânia e porta-voz dos delegados conservadores das colônias centrais. O plano de Galloway era radical demais e previa a criação de um grande conselho colonial composto por representantes de todas as colônias. As leis promulgadas pelo grande conselho americano e pelo Parlamento britânico estariam sujeitas a revisão e aprovação mútuas.

Nos idos de 1774, no entanto, seria muito pouco provável, mesmo com a aprovação do plano de Galloway, que o Congresso fosse capaz de reverter a transferência de autoridade em andamento nas colônias. No fim das contas, o Congresso Continental simplesmente reconheceu as novas autoridades locais da política americana e concedeu-lhes a bênção para estabelecer a Associação Continental. Essa organização de nível continental executou os planos de não importar, exportar ou consumir bens, como aprovado pelo Congresso. A ordem era a de que os comitês de todas as vilas, cidades e condados “observassem atentamente a conduta de todos os indivíduos”,

condenassem publicamente todos os infratores como “inimigos da liberdade americana” e “cortassem todas as relações comerciais” com eles.

Assim, com o apoio do Congresso à Associação Continental, os comitês locais, falando em nome do “povo como um todo”, levaram a transformação política adiante. Grupos compostos de algumas dezenas ou de muitos milhares de homens marcharam por vilas e cidades à caça dos inimigos do povo. Os suspeitos, sob a ameaça de serem cobertos de piche e penas, eram comumente forçados a pedir desculpas pelas palavras hostis dirigidas ao público ou pelos planos contra o novo *establishment*, e a assinar confissões de culpa e penitência, além de fazer novos juramentos de amizade ao povo. Em todas as colônias se viam sinais dessa nova ordem política.

As grandes mudanças na estrutura política não eram apenas o produto da resistência dos colonos à reforma imperial britânica. As tentativas de reorganizar o império não aconteceram no vácuo; pelo contrário, as circunstâncias de cada colônia eram complicadas, com um ambiente extremamente carregado. Em alguns casos, o ambiente político hostil estava diretamente ligado às crescentes altercações entre as colônias e a metrópole, motivadas pelas medidas adotadas pelo governo britânico, situado a quase 5 mil quilômetros de distância. Na década de 1760, havia, em todas as colônias, grupos ansiosos por explorar o ressentimento popular contra as reformas britânicas e, assim, conseguir vantagens políticas em âmbito local — embora sem entender a magnitude das consequências de seus atos.

Em Nova York, por exemplo, as facções políticas lideradas pelas poderosas famílias Livingston e De Lancey competiam entre si pela primazia no fomento à oposição à legislação imperial e na conquista do apoio de grupos fora da lei, como

os Filhos da Liberdade. Assim, essa aristocracia local costumava ajudar a ampliar os direitos e a participação do povo na política — não para fomentar a democracia, mas com o objetivo tático de assumir o controle das assembleias eleitorais. Embora essa popularização não planejada da política já tivesse acontecido no passado, particularmente em áreas urbanas, o inflamado ambiente gerado pela crise imperial renovou o poder de detonação desses eventos, com consequências imprevisíveis.

Colônia após colônia, as disputas municipais, muitas vezes de longa data, se mesclavam de maneira tão indistinta à rivalidade contra o império que ambas se reforçavam em uma espiral de confrontos que pôs toda a autoridade governamental em questão. Até as autoridades de colônias que não estavam sob o domínio de um governador real, como o Pensilvânia e Maryland, foram atingidas pela crise imperial. Assim, uma proclamação do governador de Maryland que estabelecia os impostos a serem pagos aos representantes do governo, em 1770, pareceu violar o princípio de não haver taxação sem representatividade, que se tornara tão vívido por conta do debate imperial. Essa medida executiva provocou uma luta encarniçada que forçou Daniel Dulany, abastado membro do conselho da colônia e antigo opositor da Lei do Selo, a defender o governador. Por fim, a controvérsia destruiu o poder governamental e fez de Dulany um defensor da causa britânica.

Na década de 1770, todos esses desdobramentos criaram, sem que houvesse uma clara intenção para isso, um novo tipo de política popular na América. A retórica da liberdade trouxe à superfície tendências políticas há muito latentes. O povo já não estava mais disposto a confiar apenas em cavaleiros ricos e bem-educados para representá-lo no governo. Artesãos, religiosos e grupos étnicos perceberam que tinham inte-

resses particulares específicos, e que só as pessoas de sua extração poderiam falar por eles. Em 1774, os radicais da Filadélfia exigiram que sete artesãos e seis alemães fossem aceitos no comitê revolucionário da cidade.

Hoje, os americanos estão acostumados à política de “coalizão” e de “grupos de interesse”, mas suas contrapartes do século XVIII, não. Homens cultos como o proeminente proprietário de terras William Henry Drayton, morador da Carolina do Sul e egresso de Oxford, reclamavam por ter que participar do governo com homens que só sabiam “retalhar um animal no mercado” ou “remendar um sapato velho”. “Nunca foi intenção da natureza fazer desses homens políticos profundos ou hábeis estadistas.” Em 1775, o governador real da Geórgia ficou boquiaberto ao perceber que o comitê que controlava Savannah consistia em “um lote de pessoas da mais baixa extração, principalmente carpinteiros, sapateiros, ferreiros etc., sob o comando de um judeu”. Em algumas colônias, os políticos pediam um sufrágio mais amplo, o uso de cédulas em vez da tradicional votação oral, a abertura das reuniões legislativas para o público, a impressão das minutas legislativas e o registro dos votos de cada assembleia. Todas essas propostas ampliavam a arena política e limitavam o poder daqueles que se agarravam à política tradicional, feita de acordos privados e influência pessoal.

Em todas as colônias havia “incendiários” (assim chamados pelos representantes reais) que usavam uma feroz retórica popular e competiam abertamente pela liderança política. Cada vez mais, “novos homens” se aproveitavam do ressentimento popular contra as leis britânicas, e conduziam campanhas em prol de eleições populares para contornar os tradicionais e estreitos canais políticos comandados pelo patronato. A atmosfera política da América estava agitada como nunca, por

conta da profunda animosidade entre os lados e da recém-nascida esperança de tornar o mundo melhor. Os americanos diziam a si mesmos que estavam “na aurora de eventos grandiosos e incomuns”, que “poderiam moldar uma nova era e dar uma nova direção às questões humanas”.

Homens como Thomas Hutchinson, cujo conhecimento fora construído sobre as bases da educação tradicional, se viam desnorteados e impotentes diante da popularização da política, pois não tinham estrutura psicológica ou sensibilidade política suficiente para entender — e menos ainda para enfrentar — essa nova forma de legislar e governar, que trazia consigo manifestações ferozes e escândalos morais. Assim, esses homens faziam intrigas e tramavam esquemas, tentando manipular quem acreditavam ser as figuras mais importantes da oposição. (Em 1768, por exemplo, ofereceram a John Adams o cargo de advogado-geral do tribunal do almirantado de Massachusetts.) Quando não conseguiam cooptar os adversários, os políticos tradicionais os acusavam de demagogia ou os tachavam de arri-vistas. Em vista de escalada de violência, os representantes da situação atacavam furiosamente a política de apelo popular que, para eles, minava a autoridade e incitava à rebelião. Homens prudentes e de formação tradicional como esses não conseguiam aceitar um mundo tão novo e diferente, e por isso não tardaram a se calar ou assumir a lealdade à coroa, determinados a manter o apoio ao rei e à sociedade em que se formaram.

A Declaração de Independência

No início de 1775, o governo britânico já estava se preparando para uma ação militar. Nessa época, os partidários de North e o próprio rei não viram outra saída senão botar os colonos na

linha novamente. Ainda em novembro de 1774, Jorge III disse a North que “os golpistas precisam decidir se querem continuar submetidos ao país ou se tornar independentes”. Sendo assim, o governo britânico mobilizou suas forças militares e navais e deu início à restrição ao comércio, primeiro com a Nova Inglaterra e depois com as outras colônias.

Em maio de 1775, delegados das colônias se reuniram na Filadélfia para o Segundo Congresso Continental, com vistas a retomar o que o primeiro Congresso deixara para trás. Aparentemente, o Congresso manteve a política de pacificação e reconciliação. Em julho, instado por John Dickinson, o Congresso aprovou a “Petição Olive Branch”, que defendia a lealdade à coroa e humildemente pedia ao rei que rompesse com seus “ardilosos e cruéis” ministros, a quem os congressistas culpavam pelas medidas opressivas. Ao mesmo tempo, o Congresso emitiu uma “Declaração das causas e da necessidade de se pegar em armas” (basicamente redigida por Dickinson e Thomas Jefferson), que negava qualquer “plano ambicioso de se separar da Grã-Bretanha e estabelecer estados independentes” por parte dos americanos. Como esse belíssimo resumo da posição americana contra a Grã-Bretanha demonstra, o tempo para soluções em papel havia passado.

Em abril de 1775, combates irromperam em Massachusetts. Reconhecida havia tempo como o centro dos distúrbios na América, a cidade portuária de Boston foi isolada e punida pelo governo britânico com o claro objetivo de minar a resistência colonial. As Leis Coercitivas de 1774 se basearam nessa premissa, e as ações militares de 1775 foram simplesmente um desdobramento lógico desse pensamento. O governo britânico, que julgava estar lidando apenas com grupos comandados por poucos agitadores, mandou o general Gage, comandante militar de Massachusetts, prender os líderes e destruir as bases

do movimento rebelde, reafirmando a autoridade real sobre a colônia. Em 18 e 19 de abril de 1775, o exército de Gage tentou apreender armas e munições de grupos rebeldes armazendas em Concord, cidade a noroeste de Boston. Espiões coloniais, entre eles o prateiro Paul Revere, se anteciparam ao avanço dos casacas-vermelhas, permitindo a fuga dos líderes patrióticos John Hancock e Samuel Adams e chamando às armas os fazendeiros do interior — conhecidos como “minutemen”*. Não se sabe quem atacou primeiro, mas houve troca de tiros entre a milícia colonial e tropas britânicas em Lexington e depois na vizinha Concord, onde os ingleses encontraram poucos suprimentos.

Durante a longa marcha de volta a Boston, as extenuadas colunas britânicas foram constantemente fustigadas por milícias patrióticas. Ao fim do dia, 273 casacas-vermelhas e 95 patriotas haviam sido mortos ou feridos, e a revolta se espalhou por todo o interior. A partir de posições ocupadas em Charlestown e Dorchester, os colonos rapidamente cercaram os britânicos em Boston, lançando dúvidas entre as autoridades da coroa sobre a possibilidade de sufocar a rebelião apenas com ações de patrulha.

Dois meses depois, em junho de 1775, soldados britânicos tentaram tomar o forte americano localizado em uma colina de Bunker Hill, em Charlestown, que tinha uma visão panorâmica de Boston. Como se pode deduzir a partir das palavras do general britânico John Burgoyne, o exército real não acreditava que os membros de uma “ralé despreparada” pudessem fazer frente a “tropas treinadas”. Sob o comando do general William Howe, as forças britânicas lançaram uma

* Durante a Guerra da Independência, membro da milícia americana pronto a pegar em armas sempre que necessário. (N. do T.)

série de ataques frontais à posição americana. As investidas foram, por fim, bem-sucedidas, mas ao terrível custo de mil vidas de soldados britânicos — mais de 40% das tropas de Howe. Em Bunker Hill — a primeira batalha formal da revolução — os britânicos sofreram as maiores baixas de uma guerra que seria longa e sangrenta. “O Exército britânico nunca enfrentou um inimigo tão mesquinho”, declarou um soldado após a batalha. Os carabineiros americanos “se escondiam atrás de árvores etc. até que surgisse uma oportunidade de atirar em nossas sentinelas avançadas, o que as fazia recuar imediatamente. Que maneira mais injusta de se ganhar uma guerra!”.

Quando as notícias da batalha chegaram à Filadélfia, o Segundo Congresso Continental foi obrigado a assumir as funções de governo central das colônias. O Congresso criou o Exército Continental, nomeou George Washington, da Virgínia, como seu comandante, emitiu papel-moeda para dar apoio às tropas coloniais e formou uma comissão para negociar com governos estrangeiros. Os americanos estavam se preparando para a guerra contra a maior potência do século XVIII.

Em meados de 1775, a escalada de ações e reações estava fora de controle. Em 23 de agosto, Jorge III, ignorando a Petição Olive Branch emitida pelos colonos, declarou que as colônias estavam em rebelião aberta. Em outubro, acusou-as publicamente de tramarem a independência. Em dezembro de 1775, o governo britânico declarou que todos os navios mercantes americanos estavam sujeitos a ataques de navios de guerra britânicos. Antes, em maio de 1775, forças americanas capturaram o forte Ticonderoga, na cabeceira do lago Champlain. Na esperança de atrair os canadenses para a luta contra a Grã-Bretanha, o Congresso ordenou que forças temporárias sob o co-

mando de Richard Montgomery e Benedict Arnold invadissem o Canadá, mas os colonos sofreram uma dura derrota em Quebec entre 1775 e 1776, durante o inverno no hemisfério norte. Em meio aos vários embates entre a Grã-Bretanha e as colônias, era mera questão de tempo até que os americanos cortassem formalmente os laços com a matriz colonial. Embora nenhum órgão oficial americano tivesse dado aval à independência até então, era óbvio que a ideia estava no ar.

Coube à Thomas Paine, inglês, ex-fabricante de espartilhos, professor e fiscal aduaneiro demitido duas vezes, que só havia chegado às colônias no fim de 1774, expressar, em janeiro de 1776, toda a ira acumulada pelos americanos contra Jorge III. Em seu panfleto *Senso comum*, Paine retratou o rei como o “bruto real” e exigiu a independência americana imediatamente. “Em nome de Deus, permita-nos chegar à separação final...”, implorou. “O nascimento de um novo mundo está próximo.”

Senso comum foi o panfleto mais popular e incendiário de toda a era revolucionária, e ganhou 25 edições apenas em 1776. Nele, Paine rejeita as formas tradicionais e estilizadas de persuasão concebidas para cavalheiros bem-educados, atingindo assim novos leitores nas áreas das cidades dominadas por tabernas e artesãos. Ao contrário de escritores mais polidos, Paine não enfeitou seu panfleto com citações em latim e referências eruditas à literatura ocidental; em vez disso, imaginou que seus leitores conheciam apenas a Bíblia e o *Livro de oração comum*. Embora tenha sido criticado por usar uma linguagem gramaticalmente incorreta e imagens literárias pobres, Paine mostrou ao homem comum, antes pouco afeito a se envolver em política, que belas palavras e citações em latim já não eram tão importantes quanto ser honesto e sincero e revelar os sentimentos naturalmente.

Em abril de 1776, o Congresso abriu os portos americanos ao comércio exterior, autorizou o fornecimento de provisões e equipamentos a corsários que saqueassem os inimigos da América e se preparou para a independência. Em 4 de julho de 1776, os delegados aprovaram formalmente a "Declaração de Independência", um documento de trezentas palavras escrito, em grande parte, pela graciosa pena de Thomas Jefferson, da Virgínia. Na declaração, o rei, então considerado o único elo remanescente entre os colonos e a Grã-Bretanha, foi considerado culpado por todo o sofrimento enfrentado pelos americanos desde 1763. O reinado de Jorge III, segundo a declaração dos americanos "perante o mundo honesto", era "uma história de sucessivas injúrias e usurpações, todas com o objetivo último de estabelecer um regime absoluto de Tirania sobre estes Estados".

O Congresso suprimiu um quarto do texto original de Jefferson, incluindo a passagem em que ele culpava Jorge III pelos horrores do comércio de escravos. Jefferson lembraria depois que a Carolina do Sul e a Geórgia fizeram objeções ao trecho, e que alguns delegados do Norte também ficaram "um pouco melindrados" com o assunto, "porque, embora seus países possuíssem poucos escravos, eram transportadores de considerável monta".

De fato, todos os colonos estavam há muito implicados na escravidão de africanos. Em 1776, um quinto dos 2,5 milhões de habitantes da América — 500 mil homens, mulheres e crianças — vivia na escravidão. A Virgínia era a colônia com o maior número de escravos — 200 mil, ou 40% da população. Embora quase todos os escravos pertencessem a habitantes do Sul, a escravidão não era irrelevante no Norte. A população de Nova York era composta por 14% de escravos. Em Nova Jersey e Rhode Island, 8% e 6% dos habitantes, respec-

tivamente, viviam em regime de submissão vitalícia e hereditária. O escravagismo era uma instituição nacional, e praticamente todos os brancos americanos se beneficiavam direta ou indiretamente dele. Por volta de 1776, no entanto, quase todos os líderes americanos sabiam que a permanência desse tipo de violência violava tudo o que a revolução pregava.

Mesmo sem mencionar a escravidão, a Declaração de Independência permanece como uma brilhante expressão dos ideais do iluminismo — ideais que ainda hoje ecoam poderosamente na vida dos americanos e de outros povos. "Que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes conferidos pelo seu Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam a vida, a liberdade e a busca da felicidade" — essas "verdades" pareciam "autoevidentes" mesmo para os americanos do século XVIII, divididos entre grandes distinções de posição social e confrontados com a nítida contradição da escravidão dos negros. A Declaração de Independência estabeleceu uma filosofia de direitos humanos que poderia ser aplicada não só aos americanos, mas a povos de todas as partes. Era essencial dar à Revolução Americana um apelo universal.

Um asilo para a liberdade

Era estranha a revolução que os americanos iniciaram; uma revolução que, à primeira vista, não é fácil de entender. A série de leis comerciais e novos impostos não parece ser justificativa para a independência. Não havia nada parecido com as tiranias retratadas na história e que, muitas vezes, levaram povos desesperados à rebelião. Ainda assim, em 1776, a maioria dos americanos concordava com John Adams que as colônias "estavam em meio a uma revolução, a mais completa, inesperada

e extraordinária de toda a História das Nações". Então, como ela poderia ser explicada e justificada?

Os americanos que olhassem para trás e vissem o que haviam sofrido só poderiam se maravilhar com a moderação e racionalidade do movimento. Era, nas palavras de Edmund Randolph, da Virgínia, uma revolução "sem opressão imediata, sem uma causa que dependesse mais de impetuosidade do que de argumentação teórica". Porque, como apontou Edmund Burke em um de seus famosos discursos de 1775, os americanos "temiam o desgoverno a distância e farejaram a aproximação da tirania em toda brisa maculada", e, por isso, se anteciparam ao sofrimento antes mesmo que ele os atingisse. Desta forma, a Revolução Americana sempre pareceu um movimento incomumente intelectual e conservador — conduzido não para criar novas liberdades, mas para preservar as antigas.

Durante a crise imperial, os líderes patrióticos americanos insistiam que não se rebelavam contra os princípios da Constituição inglesa, mas em nome deles. Com o objetivo de expressar afinidade com as grandes lutas por liberdade política na Inglaterra, os americanos invocaram os nomes históricos dos partidos ingleses e se autodenominaram "whigs", enquanto tachavam os que apoiavam a coroa de "tories". Ao enfatizar que era a letra e o espírito da Constituição inglesa que justificavam a resistência, não seria difícil para os americanos acreditar que estavam simplesmente protegendo o que os ingleses valorizaram desde o início de sua história, embora os colonos estivessem errados ao acreditar que lutavam apenas para retomar os princípios essenciais da Constituição da Inglaterra. Os princípios constitucionais que os americanos defendiam não eram aqueles mantidos pela classe dominante inglesa em meados do século XVIII. Na verdade, os princípios dos colonos

eram, de acordo com tories e representantes reais, "princípios revolucionários" à margem do pensamento dominante na Inglaterra. Como provavelmente liam a mesma literatura que os outros grupos de ascendência inglesa, é possível que os colonos não conseguissem perceber a interpretação distinta dada por eles à tradição britânica. Apesar da gama de referências literárias, os americanos se concentraram em um conjunto de ideias que, por fim, deu-lhes uma concepção peculiar do modo de vida da Inglaterra e uma perspectiva extraordinariamente radical da Constituição inglesa que defendiam com tanto fervor.

A herança do pensamento liberal em que os colonos se inspiraram abrangia não só os tratados políticos de filósofos notáveis como John Locke, mas também os escritos de panfletistas populares do século XVIII, como John Trenchard e Thomas Gordon. De fato, durante a primeira metade do século XVIII, muitas das figuras proeminentes da literatura inglesa, como Alexander Pope e Jonathan Swift, escreveram textos marcados pela profunda e amarga hostilidade às grandes mudanças políticas, sociais e econômicas que viam acontecer à sua volta. Esses críticos acreditavam que valores tradicionais estavam sendo corrompidos, e que a Inglaterra estava a um passo da ruína por conta da comercialização geral do modo de vida inglês, demonstrada pelo advento de instituições como o Banco da Inglaterra, de poderosas sociedades anônimas e mercados de ações, bem como pela enorme dívida pública. Por acreditar que a coroa era a grande responsável por tais mudanças, muitos desses escritores comandavam uma oposição dita "rural" à fraude e à luxúria da "corte", que associavam ao rei e suas redes de influência.

Essa oposição rural teve uma longa e complicada história na Inglaterra. Ela remonta no mínimo ao início do século

XVII, que marca a oposição puritana à Igreja e à corte dos primeiros reis Stuart, James I e Carlos I. A Guerra Civil inglesa de meados do século XVII pode ser entendida, em parte, como uma revolta da aristocracia local, que representava os condados ou o “interior” da Inglaterra na Câmara dos Comuns, contra a “corte” que gravitava em torno da Igreja Anglicana e do rei. Essa oposição local e popular às distantes autoridades centrais era tema recorrente na história inglesa, e assim continuaria a ser na história americana.

No mundo anglo-americano do século XVIII, o maior temor dos escritores pertencentes a essa tradição de oposição rural era de que o Poder Executivo — principalmente durante o gabinete de sir Robert Walpole — estivesse corrompendo o Parlamento e a sociedade inglesa com o objetivo de erigir um estado fiscal-militar para fomentar a guerra. Durante a primeira metade do século XVIII, os defensores da liberdade política apresentaram propostas de redução e controle dos poderes da coroa, que pareciam crescer enormemente. O objetivo era recuperar os direitos do povo e os preceitos originais da Constituição inglesa.

Muitas das reformas propostas estavam à frente de seu tempo na Inglaterra; defendiam o direito a voto para todos os homens adultos, e não apenas para os ricos proprietários de terras, além de maior liberdade de imprensa e de religião. Outras visavam a proibir que “apadrinhados” assalariados do governo ocupassem um assento na Câmara dos Comuns, reduzir a dívida pública e conquistar mais poderes para o povo, como o direito à representação igualitária para mais indivíduos e o poder de disciplinar membros do Parlamento, bem como mandatos parlamentares de menor duração. Todas essas propostas de reforma estavam combinadas em uma concepção amplamente compartilhada de como seria a organização ideal da vida

política na Inglaterra. Nesta nação idealizada, as partes da Constituição seriam independentes umas das outras, e os membros do Parlamento seriam independentes de qualquer “conexão” ou partido. Em outras palavras, existiria um mundo político em que nenhum homem estaria em dívida com outro.

Os americanos perceberam a relevância dessas ideias “rurais” de uma maneira muito mais profunda do que os próprios ingleses. Foram elas que ajudaram a definir o caráter simples do modo de vida americano, em contraponto à sofisticação da Inglaterra. Mas o embate de ideias também justificava o habitual antagonismo dos colonos com relação ao poder real. Nos conflitos entre as assembleias coloniais e os governadores reais na primeira metade do século XVIII, a concepção “rural” da política inglesa era constantemente evocada pelos americanos. No entanto, nos anos que se seguiram a 1763, a necessidade de explicar os crescentes embates com a Grã-Bretanha deu à ideologia da oposição rural uma importância renovada e mais abrangente. Ela não só preparou os colonos intelectualmente para a resistência, mas também ofereceu uma justificativa poderosa para as diversas diferenças com relação ao que parecia ser uma metrópole decaída e corrupta.

As ideias herdadas continham um conjunto elaborado de regras para a ação política comandada pelo povo. Como o povo conseguiria identificar um tirano? Quanto tempo deveria tolerar abusos? Quanto de força deveria ser usado? As respostas para essas questões iam surgindo de maneira lógica conforme os eventos se desdobravam, e quase inevitavelmente levavam os colonos da resistência à rebelião. A cada passo, os americanos se convenciam de que os esforços arrogantes empreendidos pelos oficiais da coroa para a reforma do império não eram simplesmente o resultado da falta de percepção das condições singulares das colônias, ou de erros come-

tidos em nome de uma política bem-intencionada. Pelo contrário, enxergavam essas medidas como consequências intencionais de um plano tirânico maior. Segundo as palavras de Thomas Jefferson, as reformas britânicas eram nada menos do que “um plano deliberado e sistemático para nos reduzir à escravidão”.

De acordo com a crença dos colonos, a América era o objetivo primário, mas os desígnios dessa conspiração tirânica iam muito além das colônias. Os americanos estavam envolvidos não só na defesa dos próprios direitos, mas em uma luta global para proteger a liberdade. Ao olhar para os muitos séculos de história europeia, tudo o que conseguiam ver eram os esforços dos monarcas para fortalecer o poder do Estado de forma a tirar dinheiro dos súditos e fomentar a guerra. No final da década de 1760, a tirania real parecia ganhar cada vez mais terreno, inclusive na Inglaterra. Os americanos já haviam lido sobre a perseguição ao radical inglês John Wilkes por conta das críticas ao governo de Sua Majestade na edição nº 45 do *North Briton*, e fizeram da edição nº 45 uma parte importante do simbolismo político da América. Então, em 1768, as quatro expulsões seguidas de Wilkes de uma corrupta Câmara dos Comuns, apesar de ter sido sistematicamente reeleito, marcaram para os americanos o crepúsculo do governo representativo na Grã-Bretanha. Por toda parte, a liberdade parecia bater em retirada diante das forças da tirania. A luta dos “filhos da liberdade” irlandeses por concessões constitucionais foi abafada. As tentativas de Pascal Paoli e de seus seguidores, que lutavam pela liberdade e buscavam tornar a Córsega independente da França nos anos 1760, foram frustradas. Ao saber desses fracassos, os americanos se convenceram de que a América era o único lugar onde ainda existia imprensa livre e o povo podia eleger representantes que falassem por eles e apenas por eles.

Por volta 1776, estava completo o quebra-cabeça que mostrava a magnitude da luta em que os colonos se envolveram. E, assim, eles puderam responder entusiasticamente, como amantes da humanidade e inimigos da tirania, ao apelo apaixonado pela defesa da liberdade feito por Thomas Paine em *Senso comum*:

Cada parte do Velho Mundo está sob o jugo da opressão. A liberdade está sendo caçada por todo o globo. A Ásia e a África a expulsaram há tempos. A Europa a considera uma estranha, e a Inglaterra deu-lhe ordem de partir. Ó, recebam a fugitiva, e preparem a tempo um asilo para a raça humana.